

# Lei das sanções contra a internet pode ser aprovada nos EUA

No Brasil, IAB considera textos dos projetos exemplos de como não fazer leis sobre a internet

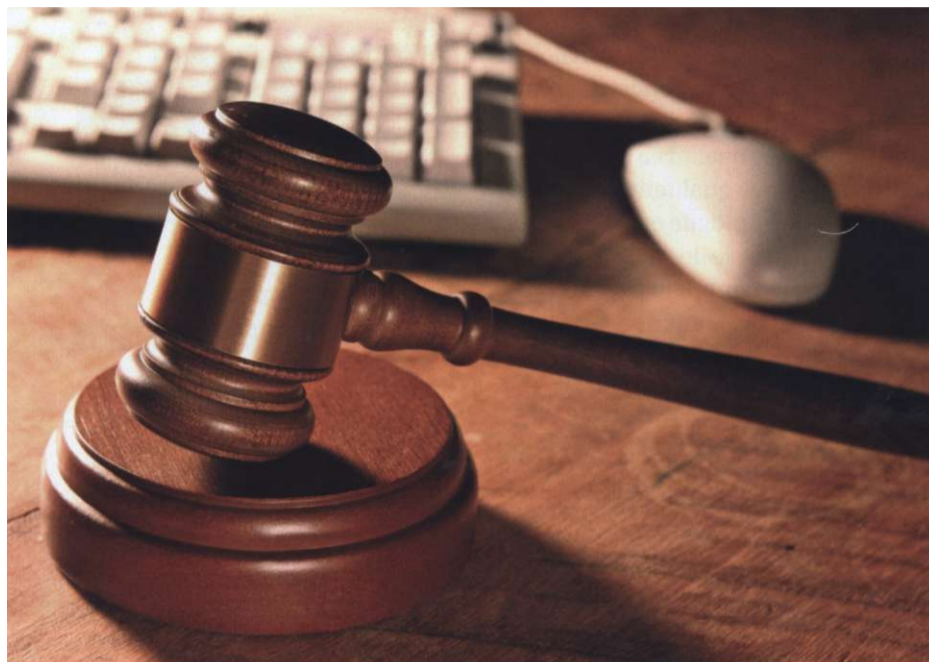
POR CIBELE SANTOS

Dois projetos de lei sobre propriedade intelectual que serão votados neste mês nos Estados Unidos são ótimos exemplos do verdadeiro fosso cultural aberto pela tecnologia do século 21 entre duas poderosas indústrias nascidas em eras diferentes — a de Hollywood, sede dos maiores estúdios e gravadoras do mundo, e a da internet.

Tanto o projeto introduzido em maio pelo Senado, Protect IP (Lei de proteção à propriedade intelectual), como o da Câmara dos Deputados, Stop Online Piracy Act (Sopa), são rígidos na forma com que tratam os sites estrangeiros (e mesmo domésticos) que reproduzem conteúdo não licenciado — seja de forma intencional ou acidental, seja com propósitos bem intencionados ou com real intenção de pirataria. Apesar da redação vaga e imprecisa, os textos de ambos são cristalinos em sua proposta de criminalização e penalização dos sites infratores, os quais, caso os projetos sejam aprovados, estarão sujeitos não só a processos judiciais e pesadas multas, mas a serem tirados sumariamente do ar, sem direito de defesa prévia, por qualquer proprietário de conteúdo ou marca que se sinta violado.

A lei atual, Digital Millennium Copyright Act (DMCA), contém salvaguardas, chamadas de "porto seguro" que isentam buscadores e outros intermediários da responsabilidade direta e indireta pelo conteúdo não licenciado publicado pelos usuários dos sites. As redes sociais também são preservadas. Esse porto seguro, no entanto, foi atenuado ou mesmo eliminado nos novos projetos.

Segundo o The New York Times, tanto o Sopa como o Protect IP autorizam o governo a criar uma lista negra de sites



"trapaceiros" que devem ser automaticamente bloqueados por buscadores, serviços de pagamento online e redes publicitárias. "A versão da Câmara vai ainda mais longe, permitindo que empresas privadas processem provedores de serviços que sequer sabem que hospedam conteúdo ilegal. A intenção da lei não é a mesma do sistema nacional de censura da China, o 'Grande Firewall'; mas o efeito prático seria similar" diz o diário.

## Quem apoia?

A indústria de entretenimento certamente é a que mais tem a ganhar com o endurecimento da lei antipirataria, e a que mais trabalha junto ao Congresso para a aprovação do SOPA. Segundo dados do Center for Responsive Politics organizados pelo site Político, entre janeiro e agosto

deste ano apenas as companhias de cinema, música e TV investiram mais de US\$ 91 milhões em lobby, e deverão bater um recorde histórico de volume até o final do ano. A própria Câmara do Comércio dos EUA, poderosa aliada de Hollywood e imbatível em verbas de representação, formou uma coalização milionária de empresas incluídas na lista Fortune 500, associações de classe e sindicatos para apoiarem as ações em Washington.

Na contramão de Hollywood estão as empresas de tecnologia, que combatem ferozmente os projetos de lei. Apesar do intenso lobby das associações de classe NetCoalition (cujos membros incluem Google, Amazon e eBay), Computer and Communications Industry Association (CCIA) e Consumer Electronics Association (CEA), além dos lobbies individuais de Amazon,

eBay, Yahoo e Google, o grupo das oito empresas e associações somou verbas de apenas US\$ 14,2 milhões até agosto.

Metade desse volume foi injetado pelo Google, que aumentou o investimento de US\$ 5,2 milhões em 2010 para US\$ 7,2 milhões neste ano. O Yahoo, em contraste, investiu pouco mais de US\$ 1,8 milhão até agosto.

"A própria indústria da internet reconhece que essa é uma luta tipo Davi contra Goliath. A indústria de entretenimento já tinha raízes profundas em Washington décadas antes de os fundadores do Google, Larry Page e Sergey Brin, terem nascido" observa Jennifer Martinez, do Político.

## American Censorship Day

A analogia "pequeno versus grande" feita por Martinez assume sua verdadeira dimensão quando as empresas de tecnologia partem para a briga em seu próprio campo de batalha, o digital. Em 16 de novembro, dia em que o Congresso convocou várias empresas para testemunhar em favor do Stop Online Piracy Act (da oposição, apenas o Google foi convidado), incontáveis grupos de defesa da internet, de proteção aos consumidores e aos direitos digitais, além de sites individuais, redes sociais, juristas e jornais, convocaram um dia de protesto contra o Sopa e o Protect IP.

O American Censorship Day mobilizou a internet e resultou em uma campanha viral que foi muito além do mais de um milhão de e-mails e quase 90 mil telefonemas de protesto enviados ao Congresso: o tradicional The New York Times, que nunca havia se manifestado sobre o tema, assumiu oficialmente seu apoio editorial, da mesma forma que o LA Times (de Los Angeles, sede da Motion Pictures Association of America). A AT&T recuou da sua adesão incondicional ao Protect IP. E até a Microsoft, velha amiga da Disney, instruiu seus lobistas a tentar mudar os termos do Sopa — o que levou a Business Software Alliance, representante de 29 empresas favoráveis à lei (entre elas Apple, Intel, Adobe, Dell, Symantec, além da própria Microsoft) a publicar um constrangido comunicado declarando que "questões válidas e importantes foram levantadas sobre o projeto, que precisa ser mais trabalhado"

## ANÁLISE

### Como "não" fazer leis sobre internet

"Os projetos de lei em tramitação nos EUA possibilitariam que qualquer pessoa pudesse exigir que sites e resultados de busca fossem bloqueados por supostas violações de direitos intelectuais, sem qualquer envolvimento de autoridades nem tampouco revisão judicial.

Em minha opinião, esses projetos são um exemplo de como 'não' fazer leis sobre internet.

É importante destacar que, mundialmente, se reconhece que os intermediários online não podem ser responsabilizados pelo mau uso das ferramentas e das plataformas que oferecem a seus usuários, inclusive por eventuais violações de direitos autorais.

No Brasil, a Constituição Federal e a Lei de Direitos Autorais (no 9.610/98) asseguram aos titulares de direitos autorais a proteção de seus interesses, possibilitando uma série de medidas para coibir a violação de direitos autorais. Naturalmente, a efici-

ência dessas medidas varia caso a caso.

Os novos modelos de streaming e download de músicas, vídeos e outras obras digitais têm se mostrado muito eficazes para coibir a violação de direitos autorais online, atraindo usuários interessados na conveniência e praticidade desses modelos de negócio em contraposição à obtenção ilícita de obras protegidas.

Em linhas gerais, o conteúdo na internet é um espelho da sociedade, e não necessita de uma regulação separada. Algumas normas específicas, porém, são necessárias para afastar interpretações judiciais equivocadas e trazer segurança jurídica para a economia digital brasileira, fomentando o empreendedorismo e a inovação online. Um exemplo é o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e reflete o consenso da sociedade civil, indústria e do Poder Executivo."



Fabio Coelho, presidente do IAB Brasil e do Google Brasil